

ICMBio

Edição 568 – Ano 12 – 31 de julho de 2020

em foco

Instalações do Parna de Brasília serão reformadas e terão melhorias

ICMBio institui Grupo Estratégico de Fiscalização

Expedição constata alto índice de branqueamento de
corais na APA Costa dos Corais



Expedição constata alto índice de branqueamento de corais na APA Costa dos Corais

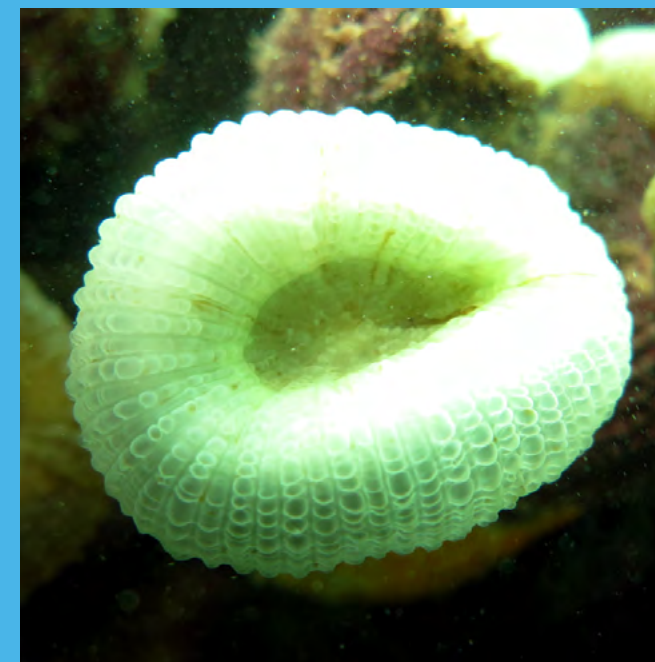
Entre os dias 20 e 24 de julho, a equipe da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais, que fica nos estados de Pernambuco e Alagoas, realizou em caráter emergencial, com o apoio do Projeto Conservação Recifal (PCR), uma expedição de campo aos recifes protegidos pela unidade. Essa foi a primeira projeção a campo desde o início do isolamento social para o combate ao novo coronavírus. Os mergulhos foram realizados na Zona de preservação da vida marinha (área fechada) e nas zonas de visitação aquário e nas galés, todos os pontos localizados em Maragogi (AL).

O objetivo desta expedição de pesquisa foi avaliar os efeitos do isolamento social nos ambientes coralíneos, ou seja, avaliar como o ambiente se comportou com a suspensão da visitação pública e da pesca artesanal. Segundo a equipe do ICMBio e PCR, o alarmante foi a constatação da grande onda de branqueamento de várias colônias de corais. O branqueamento é um fenômeno diretamente ligado ao aquecimento das águas dos oceanos a nível global. Os pesquisadores destacaram que 2020 foi o ano com maior aquecimento das águas no interior da unidade de conservação desde 1985.

“Infelizmente, apesar do isolamento social, os efeitos do branqueamento foram implacáveis, sendo observada grande mortalidade de corais e muitos corais ainda branqueados”, lamenta o pesquisador Pedro Pereira, bolsista do Projeto Águas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar) e membro da equipe de pesquisa e monitoramento. Foi registrada morte de até 70% para *Millepora braziliensis* (Coral-de-Fogo) e de 40% para *Mussismilia hartii* (Coral Cérebro), espécie ameaçada de extinção.

O pesquisador reitera que “apesar da falta de dados entre os meses de isolamento social, o monitoramento continuado dos recifes da APA Costa dos Corais mostra que este é, provavelmente, o maior evento de mortalidade de corais das últimas décadas, e destaca a urgente necessidade de redução dos impactos das mudanças climáticas”.

Coral do gênero *Mussismilia* totalmente branqueado



Coral do gênero *Millepora*, cujas extremidades já é possível enxergar branqueamento

BRANQUEAMENTO DE CORAIS

O branqueamento de corais é um fenômeno ecológico grave, relacionado com o aumento da temperatura nos oceanos. Isso pode ocorrer de maneira temporária, mas seus efeitos podem ser duradouros, ocasionando até mesmo a morte do coral.

Algumas espécies apresentam relação mutualística com algas chamadas de zooxantelas. Estas algas vivem nos corais e lhes garantem as múltiplas cores, fornecendo compostos orgânicos que são importantes para suprir as necessidades energéticas do coral e no processo de calcificação. Os corais, por sua vez, fornecem proteção às zooxantelas.

No processo de branqueamento, as zooxantelas são expulsas dos corais. Como consequência, o coral fica translúcido, já que são as algas que lhes garantem os pigmentos fotossintetizantes. Quando o branqueamento é causado por eventos temporários, como o El Niño, é possível que o coral volte a ser colonizado por zooxantelas, embora estudos apontem que seu desenvolvimento não retorne às taxas normais. O problema de ser causado pelo aquecimento global das águas do oceano é pelo motivo de ser um fenômeno de difícil reversão e, conseqüentemente, o coral dificilmente voltará a receber as zooxantelas, o que pode causar a morte de recifes de corais inteiros e a extinção de ecossistemas riquíssimos.

ODS relacionados



Brigadistas da ESEC Murici participam de ação de agroecologia

No dia 21, brigadistas da Estação Ecológica (Esec) de Murici, em Alagoas, participaram de uma importante ação para implementar a unidade demonstrativa de sistemas agroflorestais, um projeto da Ecoforte (Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica), que é realizado em parceria com a Esec Murici.

O projeto consiste na mudança do modo de produção agrícola tradicional, atualmente em prática para uma produção de alimentos de forma mais sustentável e que não agrida o meio ambiente. A ação foi realizada no assentamento Dom Helder que se localiza no entorno da ESEC de Murici. Neste primeiro momento, foram plantadas parte das 270 mudas doadas pelo Instituto para Preservação da Mata Atlântica (IPMA), dentre estas, 14 mudas de palmito-juçara (*Euterpe edulis*), espécie nativa da Mata Atlântica e ameaçada de extinção devido à redução das florestas ao longo dos anos.

A implementação desses sistemas agroflorestais e produção de alimentos orgânicos no entorno da Esec é de grande importância visto que permitem maior longevidade dos sistemas agrícolas devido à manutenção da produtividade do solo, reduzindo, assim, uma menor pressão por desmatamento em novas áreas de floresta. Além disso, a não utilização de defensivos agrícolas e insumos de fertilização na produção desses alimentos melhora a qualidade ambiental do entorno, protegendo ainda mais o interior da unidade.



Acervo Esec Murici

Brigadistas plantaram mudas de espécies nativas da Mata Atlântica



BioBrasil

REVISTA CIENTÍFICA

A revista Biodiversidade Brasileira (BioBrasil) está com três chamadas abertas para submissões em 2020, além de receber artigos em fluxo contínuo:

- 1) Manejo Comunitário de Recursos Naturais (até 30/12/20)
- 2) Análise de Componentes do Sistema Climático e a Biodiversidade no Brasil (até 15/09/20)
- 3) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic/ICMBio: resultados dos projetos (até 16/08/20)

São aceitos artigos técnico-científicos inéditos, como revisões, sínteses, artigos de opinião e relatos de experiência. Os textos podem ser redigidos em português ou inglês.

Para mais informações, [clique aqui](#).

ODS relacionados



Sistema SALVE ganha identidade visual

O ICMBio, por meio dos seus Centros de Pesquisa e Conservação, é responsável pela avaliação do risco de extinção da fauna brasileira. Para isso, avalia, a cada cinco anos, a totalidade dos vertebrados que ocorrem em nosso país (mais de 9 mil espécies) e alguns invertebrados (marinhos, terrestres ou de águas continentais), que atualmente somam quase 5 mil espécies. Este processo subsidia diversos outros instrumentos e Políticas Públicas voltadas para a conservação da nossa fauna, como a atualização das Listas Nacionais de Fauna Ameaçada de Extinção e consequente publicação dos Livros Vermelhos.

Para apoiar o gerenciamento de todo este processo, assim como a divulgação dos seus resultados, desde 2016 o Instituto está empenhado no desenvolvimento do Sistema

SALVE - Sistema de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade, que se encontra em uso desde 2017, e segue em constante aprimoramento, consolidado devido ao apoio de diferentes projetos financiados pelo Global Environmental Facility (GEF) e da Coordenação de Tecnologia da Informação (Cotec/ Diplan).

Apesar de tantos avanços, somente agora o SALVE ganhou logomarca oficial, que foi desenvolvida em parceria entre a equipe gestora do Sistema (CBC/ DIBIO) e a equipe da Divisão de Comunicação do próprio ICMBio (DCOM/ Gabin). A proposta atende ao anseio antigo da Coordenação do processo que gostaria de ter uma marca clara, minimalista, e que dialogasse bem com a identidade visual do nosso Instituto. Confira como ficou a logomarca.





Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Paraty unifica a gestão das três unidades federais do território no sul fluminense

Em maio, o ICMBio criou diversos Núcleos de Gestão Integrada (NGIs) dando continuidade à Política de Integração e Nucleação Gerencial (PINGe). Para gerenciar as unidades de conservação do sul do estado do Rio de Janeiro, foi instituída o NGI Paraty pela Portaria ICMBio nº 431/2020, que unificou a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu, Parque Nacional da Serra da Bocaina e Estação Ecológica de Tamoios. Os servidores de cada uma dessas UCs passaram a compor a equipe do núcleo e a trabalhar nas três UCs, cujos objetivos de criação e instrumentos de gestão, como por exemplo os planos de manejo, continuam mantidos.

Designado no final de maio, o servidor Mario Douglas Fortini de Oliveira responde como chefe do NGI ICMBio Paraty e está empenhado em integrar as antigas equipes e as atividades das unidades. “Desde que assumi a chefia do parque, busquei conhecer e compreender este território amplo, diverso e complexo. Após três anos e meio, considero este conjunto de unidades de conservação único, com especificidades

que não são encontradas em outras espalhadas pelo país. Gerenciar o parque já era um grande desafio, agora, ele ficou ainda maior”, comentou Mario Douglas.

Tendo em vista que as três unidades continuam existindo, em princípio serão mantidos os seus conselhos gestores exatamente como estão configurados hoje. A única alteração é que a presidência dos três conselhos passa a ser ocupada pelo chefe do NGI ICMBio Paraty.

O núcleo será organizado em áreas temáticas, que estão descritas no seu regimento interno. O documento foi elaborado pelos servidores e encaminhado para apreciação da presidência do instituto. Além de otimizar os recursos humanos e financeiros, o objetivo da criação do NGI é integrar os processos de gestão. “Alguma integração já vinha acontecendo naturalmente, pois as sobreposições territoriais das unidades provocavam isso. A partir de agora será possível pensar as ações do ICMBio de forma mais ampla no território” conclui o chefe do NGI.

Imagem da Pedra da Macela, uma montanha localizada na Serra da Bocaina, uma das UCs integrantes do novo NGI

ODS relacionados



Unidades do Espírito Santo completam uma década de avanços

Se para um ser humano o primeiro ano de vida pode ser simbólico, para uma unidade de conservação a primeira década é digna de muita celebração, pois encerra um ciclo de conquistas e avanços em sua gestão. E se uma unidade tem sua área integralmente abraçada por outra, pode-se afirmar que essa celebração se dá em dobro. É o que se pode afirmar da APA Costa das Algas e do RVS de Santa Cruz, localizadas no litoral central do Espírito Santo, cuja biodiversidade e uso sustentável têm sido protegidos para esta e para as futuras gerações, desde o dia 17 de junho de 2010.

Com mais de 90% de sua extensão em área marinha, a APA engloba um mosaico de ambientes formados pelos diferentes tipos de fundos, desde lamas terrígenas até bancos

Revis de Santa Cruz é um grande berçário com peixes ameaçados e comerciais

de rodolitos, com presença de paleocanais e estruturas recifais e colonizados por algas calcárias e diversificada fauna bentônica. Na porção costeira, conta ainda com praias e restingas de grande beleza cênica, situadas entre balneários bucólicos e comunidades pesqueiras. Os conhecidos recifes de couraças lateríticas abrangem toda a porção costeira, sobre os quais ocorrem manguezais de franja, compondo um ecossistema de grande relevância regional. Interações, ainda, com importantes sistemas estuarinos, sendo fonte de renda e segurança alimentar para diversas comunidades pesqueiras da região. O Refúgio, como o próprio nome diz, refugia e protege – tal qual um berçário – uma rica biodiversidade de algas e fauna bentônica associada, importante habitat para uma série de espécies de peixes de importância comercial e/ou ameaçados, que integram ainda a cultura da culinária capixaba. Na região predomina uma diversidade cultural e a pesca tradicional em pequena escala, mas também sofre a pressão de pescarias de larga escala vindas de diferentes regiões do Brasil, o que requer o aprimoramento das estratégias de gestão da atividade pesqueira.

E nada melhor do que os gestores que passaram por essas unidades para nos dizerem os avanços e conquistas dessa primeira década. Para o primeiro chefe das duas unidades, o analista ambiental Leandro Chagas, entre os avanços pode ser destacada a criação dos conselhos consultivos das UCs, cujo processo foi conduzido de forma profissional com o apoio da sede do ICMBio. “Além de várias oficinas com diferentes setores da sociedade, houve uma plenária no Sesc com mais de 300 participantes. É por meio dos conselhos que a gestão participativa se materializa nas áreas protegidas como a APA e o RVS”, frisa Leandro.

A criação das UCs foi uma demanda da sociedade civil organizada, contrária às pressões para exploração das algas calcárias existentes na área dessas unidades por parte de empresas mineradoras. “Outros dois marcos foram a elaboração do Programa de Educação Ambiental e o Censo do Diagnóstico Pesqueiro, que traçou um retrato de quais comunidades pesqueiras fazem uso da área dessas unidades para a pesca em pequena escala”, relembra Leandro.



Por estarem localizadas nas proximidades da região metropolitana da Grande Vitória, as ações de educação ambiental realizadas nas praias e nas escolas desenvolveram um papel importante no processo de conhecimento acerca das unidades e da importância de sua proteção.

“Por meio do programa de Comunicação Ambiental foi possível a construção da identidade visual das unidades, bem como a elaboração de importantes produtos de circulação, como cartilhas para moradores e pescadores, folders, mapas, cartazes informativos, camisetas, bonés, e um importante Banco de Imagens terrestres e subaquáticas acerca dessa rica biodiversidade das UCs”, explica uma das ex-chefes do RVS Santa Cruz, a analista ambiental Kelly Bonach.

Para Lieze Passos, analista ambiental que exerceu a chefia da APA Costa das Algas, a criação de ambas as UCs foi “importante pelo incremento de áreas protegidas no bioma marinho costeiro, que se caracteriza como um ambiente biologicamente rico, diverso e sensível”.

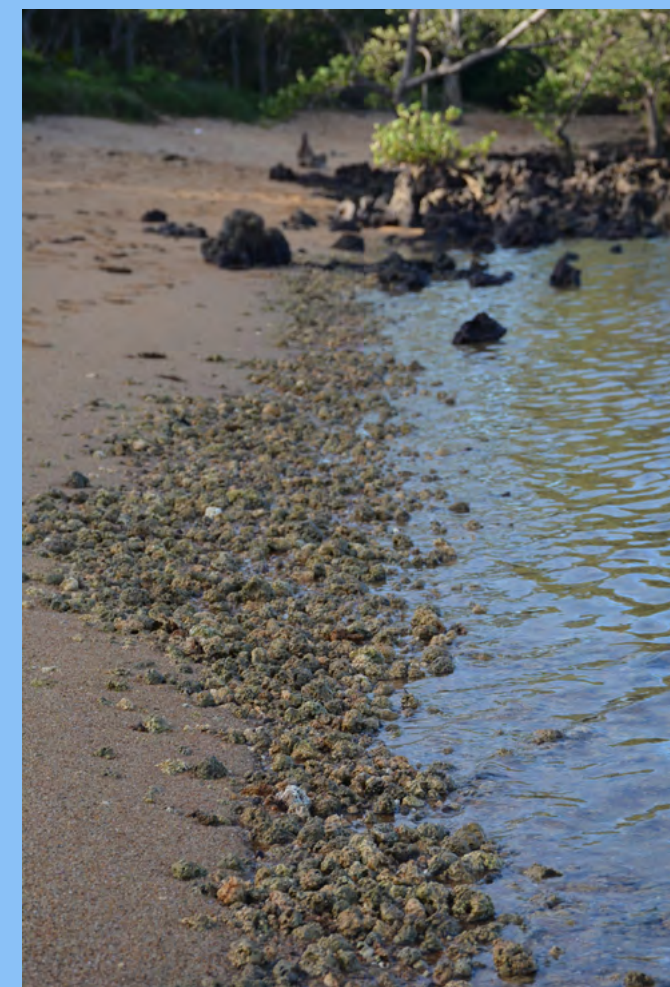
Outro importante avanço se deu a partir da elaboração do Plano de Proteção Integrado das UCs e o início da realização de operações de fiscalização também pelo mar, com apoio de instituições parceiras, como Ibama, Polícia Federal, Polícia Ambiental e Marinha. “Houve uma aproximação com a comunidade do entorno, o fortalecimento dos conselhos consultivos e a estruturação da proposta de execução do Estudo do Leito Oceânico, em atendimento à condicionante do empreendimento Gasoduto Sul Norte Capixaba”, relembra Lieze, o qual hoje está em fase conclusiva, proporcionando um grande avanço no conhecimento e mapeamento dos diferentes ambientes das UCs.

Para a analista ambiental Lígia Coser, que já chefiou o RVS de Santa Cruz e hoje compõe a equipe e é chefe substituta do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) ICMBio Santa Cruz, instituído em novembro de 2017 para congregar as duas unidades de conservação, “buscou-se, ao longo dos anos iniciais, realizar a gestão dessas UCs de maneira muito próxima,

integrando as atividades das unidades e suas equipes, tendo em vista a importância de uma gestão conjunta para o território dessas áreas protegidas, culminando, posteriormente, com a criação do NGI ICMBio Santa Cruz”.

Para o atual chefe do NGI, o analista ambiental Roberto Sforza, os esforços atuais estão concentrados em consolidar os instrumentos de gestão e a presença institucional do ICMBio no território das UCs, com a elaboração participativa do Plano de Manejo e a implantação da sede própria na área das unidades. Outro grande desafio é acompanhar os programas de monitoramento dos impactos causados nas unidades pelo acidente ocorrido em 2015, com o rompimento da barragem de Mariana, que resultou no lançamento de grande volume de rejeitos de minérios na área das UCs e que ainda hoje se fazem presentes “Este cenário, apesar dos significativos impactos causados, trouxe também oportunidades de ampliar o conhecimento sobre os diferentes ambientes das unidades e sua rica biodiversidade, além de oportunizarem a implementação dos instrumentos de gestão, há anos perseguidos pelas equipes que se sucederam nas unidades”, frisa Roberto.

Ou seja, a primeira década foi frutífera, mas inúmeros são os desafios para conservar esse



importante celeiro de vida marinha. E que venham mais décadas com conservação em bases sustentáveis. Para a biodiversidade e para os seres humanos.



APA Costa das Algas protege recifes, manguezais e estuários de grande relevância regional

ODS relacionados



ICMBio institui Grupo Estratégico de Fiscalização

Como medida suplementar de reforço às ações de fiscalização no chamado “Arco do Desmatamento” (região onde o desmatamento é mais crítico, território que vai do oeste do Maranhão e sul do Pará em direção a oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre, onde estão focadas as principais políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente), a Coordenação Geral de Proteção instituiu o Grupo Estratégico de Fiscalização em Unidades de Conservação.

Segundo o coordenador geral de Proteção, Diego Rodrigues, a ideia do Grupo é atuar nas demandas estratégicas definidas pela presidência do ICMBio com eficiência e qualidade. Inicialmente, o grupo irá atuar como um projeto piloto durante o segundo semestre de 2020 com validação dos resultados de maneira contínua.

Com isso, a CGPRO e a Coordenação de Fiscalização querem propor uma estrutura mínima para composição das equipes de fiscalização com um calendário de acionamento e garantia de disponibilidade de equipamentos e materiais adequados e necessários. Para garantir a qualidade dos resultados, os procedimentos serão nivelados com as instituições parceiras. Cada equipe será composta por um coordenador de fiscalização, um agente de geoprocessamento, dois fiscais, dois apoios operacionais, dois servidores do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e seis agentes da segurança da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) ou Polícia Militar (PM). Os coordenadores serão servidores com perfil de coordenação e que, preferencialmente, tenham experiência em ações na Amazônia. Eles serão responsáveis por montarem suas equipes,

indicando os nomes dos integrantes, atendendo à estrutura proposta.

De acordo com Diego, o projeto não substituirá as estratégias de fiscalização já adotadas pelo ICMBio. “O Grupo Estratégico irá atuar nas UCs que participam da Operação Integração de maneira suplementar e servirá de apoio na execução das estratégias nas UCs consideradas fundamentais”, afirmou.

RESULTADOS

A primeira operação neste novo contexto já deu os primeiros resultados. Ela ocorreu na Reserva Biológica (Rebio) Nascentes da Serra do Cachimbo, no Pará, uma das UCs prioritárias nas ações contra o desmatamento. A equipe de fiscais realizou diversas incursões que resultaram no flagrante de abertura de novas frentes de desmatamentos e algumas áreas de exploração conduzida por invasores.

Alguns infratores foram flagrados e imediatamente autuados, outros conseguiram fugir do local. Porém, os indícios encontrados no acampamento vão servir para identificar e autuar os responsáveis por estes danos ambientais. Foram aplicadas quatro multas simples, totalizando R\$866.000,00 e apreendidos veículos, motoserras e armas utilizadas para caçar. Os fiscais ainda inutilizaram o material de acampamento usado pelos infratores, uma motocicleta, um trator de pneu adaptado para abertura de ramais, e embargaram uma área de 70 hectares, sendo que outras três áreas, que somam 534 hectares, ainda estão em processo de apuração para embargo.

Primeira ação com o Grupo Estratégico ocorreu na Rebio Nascentes Serra do Cachimbo

Acervo Cofis



Bolsonaro visita Parque Nacional da Serra da Capivara e anuncia recursos para o turismo

O Presidente da República Jair Bolsonaro visitou o Parque Nacional da Serra da Capivara, considerado patrimônio cultural da humanidade, na última quinta-feira (30) no Piauí. Durante a visita, anunciou investimentos do Governo Federal de cerca de R\$ 6,5 milhões para incentivar o turismo na região. Os recursos serão aplicados principalmente na pavimentação de rodovias e na reforma do centro de visitantes do Parque Nacional da Capivara, uma das 334 unidades de conservação administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Ministério do Meio Ambiente.

“É um país maravilhoso. Ninguém tem o que nós temos. O nosso foco é descobrir para muitos brasileiros uma região tão linda como essa”, disse Bolsonaro ao visitar pela primeira vez a Serra da Capivara, acompanhado do diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (Diman)/ICMBio, Marcos de Castro Simanovic, e da equipe

da unidade de conservação federal, além de prefeitos da região, deputados e outras autoridades. O presidente conheceu o sítio arqueológico da Pedra Furada, com desenhos rupestres que registram a presença do homem pré-histórico no continente americano há cerca de 48 mil anos. Bolsonaro também visitou o Museu da Natureza, que faz parte do complexo do Parque da Serra da Capivara, que conta a história do território desde a época dos dinossauros até os dias atuais. No local, percorreu a Sala Oceano, a Sala Era do Gelo e ainda a Sala da Mega Fauna. A visita foi acompanhada por Yedda Castro Reis, da Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm), que foi criada para contribuir na preservação do patrimônio cultural e natural do Parque.

Antes, o Presidente da República participou da cerimônia alusiva ao acionamento do sistema integrado de abastecimento de água em Campo Alegre de Lourdes, na Bahia.

Presidente da República prometeu investimentos para alavancar turismo no Parna Serra da Capivara



Instalações do Parna de Brasília serão reformadas e terão melhorias



Anúncio de novas melhorias no Parque Nacional de Brasília contou com a presença do Ministro do Meio Ambiente, do Presidente do ICMBio e de autoridades políticas da capital

O Parque Nacional de Brasília vai receber novos investimentos para incrementar sua estrutura de apoio à visitação. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (30), pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante uma visita à unidade de conservação federal. Salles também anunciou que a Floresta Nacional de Brasília, outra UC da capital, também estará no escopo do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O edital que contratará a empresa que vai elaborar os projetos de reforma e ampliações das edificações do Centro de Visitantes e das

guaritas de acesso ao Parque está sendo conduzido pela Caixa Econômica Federal (clique [aqui](#) e leia mais) via pregão eletrônico. O recebimento das propostas por meio do pregão eletrônico aconteceu ontem (30).

O valor no edital para o projeto é de R\$ 360 mil. O valor para obra só será possível depois do projeto, mas a estimativa inicial de investimento do ICMBio é de R\$ 2,5 milhões para a construção e reforma. Com as melhorias na infraestrutura física, o visitante terá um centro de visitantes mais aconchegante, um mirante com vista de todo o Parque e um café/bistrô.

“O governo vem avançando muito no apoio para aumentar a visitação nos parques nacionais. Queremos atrair também o setor privado para ajudar a operar o parque através da concessão e agregar o Parque à Flona, que é contígua, aumentando as áreas de lazer nesta região, que é muito bonita”, declarou o ministro Salles.

De acordo com a chefe do Parque, Juliana Alves, as reformas devem aumentar o número de visitantes da unidade, que já é um histórico ponto de turismo para os brasilienses. “A nossa expectativa é que tenhamos mais conforto e segurança para os visitantes com as novas estruturas. Também está no projeto a inclusão de mais um mirante, ou seja, mais um atrativo para quem vem visitar o parque”, conta Juliana.

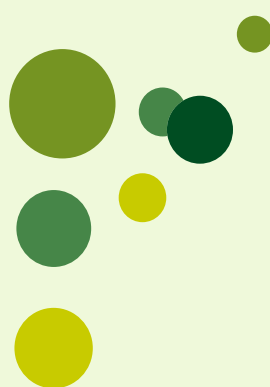
Para o presidente do ICMBio, Homero Cerqueira, a iniciativa demonstra o reconhecimento dos parques nacionais como um ponto de visitação na vida das pessoas, já que as estruturas reformadas datam da década de 70.

A visita teve a presença de dois deputados federais eleitos pelo DF: Júlio César Ribeiro e Bia Kicis. “O Parque é um patrimônio da cidade. O aporte de recursos vai representar uma melhoria para a unidade e possibilitar que os brasilienses reconheçam e admirem ainda mais a beleza do nosso Cerrado”, declarou Kicis.

Segundo Juliana, a expectativa é que o processo ocorra em 2021 e que ainda no ano que vem o brasiliense possa desfrutar de mais atrativos que as belas trilhas do Cerrado e as piscinas de água mineral.



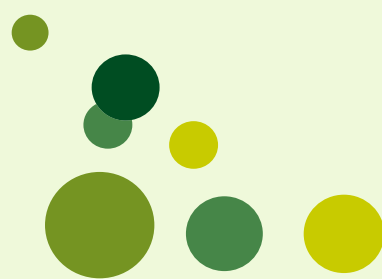
Ramilla Rodrigues



INTEGRA+

Programa de integridade do ICMBio

O Programa Integra+ é o Programa de Integridade do ICMBio que visa a ética, a transparência e a credibilidade da instituição. Nesta missão, sede, centros, gerências regionais, unidades de conservação e bases estão empenhadas para, juntas, fazerem do ICMBio uma instituição ainda melhor!



Contas

Parceria incrementa sinalização em UCs no sul do país



Até outubro deste ano devem ser instaladas 46 placas de sinalização

A sinalização das diferentes estruturas de uma unidade de conservação auxilia os visitantes a se localizarem dentro delas, fornecendo informações valiosas sobre a UC, a fim de propiciar a melhor experiência possível para quem está visitando. A correta sinalização também harmoniza a relação entre humanos e a fauna e a flora, evitando acidentes, como atropelamentos e cumprindo um papel de educação ambiental ao alertar sobre a correta conduta dentro das unidades de conservação.

Pensando nisso, desde o começo de março, as UCs geridas pela NGI Palmas (Refúgio da Vida Silvestre Campos de Palmas, Estação Ecológica Mata Preta e Parque Nacional das Araucárias)

estão recebendo placas de sinalização, previsto nos Planos de Manejo das UCs.

A instalação das placas é realizada graças a uma parceria com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. no âmbito do seu Programa de Valorização da Biodiversidade para o Subgrupo Erva-Mate, em atendimento à condicionante estabelecida no processo de licenciamento ambiental conduzido pelo IBAMA.

O objetivo principal das placas é sinalizar os limites das unidades e alertar motoristas que transitam nas estradas do entorno quanto à travessia de fauna. Do total de 46 placas planejadas, 31 já foram instaladas. A instalação total deve ser concluída até o mês de outubro.

ODS relacionados



Parna Serra do Itajaí (SC)

Acervo Parna Serra do Itajaí; Adrien Rupp; Cintia Gruener; Heinz Beyer; Daniel Son e Julio Souza





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ramilla Rodrigues

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato
Narayanan Miranda

Diagramação

Marília Ferreira

Revisão de Texto

Marjore de Carvalho Malaquias

Chefe da Divisão de Comunicação

Marjore de Carvalho Malaquias

Foto da Capa

Ramilla Rodrigues

Colaboraram nesta edição

Arthur Brant – CBC Carla Viviane – DCOM; Diego Rodrigues – CGPRO; Diego Santos – APA Costa dos Corais; Fábio Abreu – NGI Campos de Palmas; Fernanda Olivetto – Copeg; Maila Aguiar – Esec de Murici; Sandra Tavares – Tamar; Talitha Pires – NGI Paraty.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL